



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/09/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Proposta indecente

A gravíssima crise política que o país atravessa, com um governo antitrabalhador dando continuidade ao golpe com medidas absurdas como o aumento da jornada para 12 horas, encontra seu espelho na lamentável guerra dos grupos que tentam manter a bancarrota ou tomar a Oi de assalto.

Em documento divulgado na semana passada, o grupo constituído pelos maiores credores da empresa utiliza adjetivos que deveriam levar a Anatel a promover imediatamente a intervenção na Oi. Mas o conluio existente entre as operadoras de telecomunicações e a agência que deveria fiscalizá-las inviabiliza que isso ocorra.

Ao analisar a proposta de recuperação da Oi formulada pelos seus atuais controladores, o grupo contrário diz sem meias palavras:

1. “ não atende aos interesses de vários credores da companhia e reflete uma incompreensão da gravidade da atual situação” .
2. a Oi estaria priorizando o interesse de grupos “ que não têm sequer direito de votar o plano, protegendo-os e isentando-os de processos legais pendentes e futuros envolvendo violação de leis aplicáveis, fraudes e outras alegações, por meio de amplas concessões e isenções de responsabilidades” .
3. “ o plano não impõe qualquer sacrifício aos acionistas” .
4. “ O plano proporciona ganhos extraordinários aos atuais acionistas, incluindo os acionistas majoritários e os recentes acio-

nistas especuladores das ações da companhia, embora esses acionistas não estejam fazendo qualquer contribuição significativa para o plano.”

5. “ não pode apoiar um plano que (tal como foi apresentado) coloca claramente os interesses de seus acionistas controladores, especuladores e investidores oportunistas à frente dos melhores interesses da companhia, de seus colaboradores, fornecedores e clientes” .

Junte-se a isso a grande armação que continua tramitando no Congresso Nacional para a aprovação do PL 3.453/15, cujas consequências são: fim das concessões; os bens reversíveis (que são do Estado) não mais voltariam à União e seriam entregues às operadoras, principalmente para a Oi que é a maior detentora do direito de uso destes bens; doação do espectro de radiofrequências, que é um recurso limitado e um bem público, conforme artigo 157 da LGT. Obviamente esse encaminhamento tem o apoio do governo golpista e das operadoras de telecomunicações.

O Instituto Telecom considera essa situação gravíssima. A sobrevivência do Brasil está intimamente ligada a não aceitarmos a continuidade de um governo golpista, combatermos a aprovação do PL 3.453/15 e lutarmos pela intervenção na Oi.

Instituto Telecom, Terça-feira, 13 de setembro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/09/2016 - Telesíntese

Senado dá primeiro passo, mas ida de quadros para Anatel fica para outubro

A leitura do relatório foi feita hoje, 13, pela comissão de Infraestrutura do Senado. Mas a próxima reunião depende do retorno das atividades legislativas da Casa, que entra em "recesso branco" por causa das eleições municipais e só deverá retomar as atividades na segunda quinzena de outubro.



O Senado Federal deu hoje, 13, o primeiro passo para agilizar a ida de Juez Quadros para o Conselho Diretor da Anatel, ao convocar a reunião extraordinária da Comissão de Infraestrutura para a leitura do relatório sobre sua qualificação. Esse é o procedimento obrigatório, antes da convocação de nova reunião da comissão para a sabatina dos senadores ao indicado à agência reguladora, para posterior votação na comissão e no plenário do Senado Federal.

A expectativa inicial era de que a sabatina pudesse ocorrer no próximo dia 21 de setembro, mas já é voz corrente no Senado, que deverá ser confirmada oficialmente, de que o presidente Renan Calheiros decidiu não convocar mais sessões plenárias até o primeiro turno das eleições municipais, marcadas para o dia 02 de outubro.

O segundo turno, que ocorre no dia 30 de outubro, terá muito menos disputa porque são poucas

as cidades brasileiras com mais de 200 mil eleitores, e por isso a expectativa é de que as atividades do Senado Federal sejam retomadas a partir da primeira semana de outubro. O mais provável é que os senadores voltem para Brasília a partir da segunda quinzena, conforme os técnicos da Casa.

Em seu relatório, senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) afirmou que o presidente Temer indicou um técnico para os quadros da Anatel de conduta ilibada. O senador criticou ainda as regras do leilão de 4G da Anatel por ter limitado a oferta do serviço a distritos localizados a apenas 30 quilômetros da sede do município.

Ele e os demais senadores presentes pretendem apresentar um projeto de lei obrigando as operadoras de celular a universalizar o serviço, assim como foi feito com o orelhão. "Ninguém mais fala no orelhão, mas todo mundo quer o celular", afirmou o senador.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/09/2016 - Telesíntese

Diretor financeiro da Oi também renuncia

Cargo será ocupado por Ricardo Malavazi, que deixa o conselho de administração da operadora. Board agora tem duas vagas de titulares e sete de suplentes a serem preenchidas.

A movimentação intensa no comando da Oi continua em meio à recuperação judicial. Ontem à noite a companhia comunicou a renúncia do diretor financeiro Flavio Nicolay Guimarães. Em seu lugar, assume o posto de diretor de finanças e relações com investidores Ricardo Malavazi, que ocupava cadeira no conselho de administração – da qual renunciou para assumir a posição executiva.

Malavazi é formado em Economia pela Unicamp. Iniciou a carreira nos bancos BCN e Bradesco. Entre 1990-2003, foi vice-presidente da Comissão de Economia da Febraban. Exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Investimentos da Petros por seis anos e foi

também diretor e consultor da Stratus Investimentos. Atualmente, é sócio da TPYX Assessoria Empresarial e membro dos conselhos de administração da Jereissati Participações e da Pharol SGPS.

Embora não fosse alvo dos ataques do investidor brasileiro Nelson Tanure ao conselho de administração da Oi, a movimentação deixa aberta mais uma cadeira no boar da operadora. A iniciativa reforça a percepção no mercado de que um acordo entre o dono do fundo Société Mondiale e a Pharol, com o objetivo de colocar no comando da tele executivos indicador por Tanure.

12/09/2016 - Convergência Digital

Telebras aproveita mudança no estatuto para captar dinheiro fora do governo

Na próxima quarta, 14/9, a Telebras realiza assembleia para incorporar a subsidiária criada para as atividades relacionadas à Copa do Mundo, a Telebras Copa, por meio da qual a estatal faturou R\$ 125 milhões – embora R\$ 22,5 milhões ainda sob a forma de dívida do então Ministério das Comunicações.

Mas na pauta da reunião constam ajustes no Estatuto da Telebras. Entre eles, a empresa vai incluir uma alteração que permitirá a captação direta de recursos fora do sócio controlador, o governo.

Trata-se de incluir um inciso VI no artigo 3o do Estatuto, para determinar que a Telebras poderá “promover, realizar ou orientar a captação em fontes internas e externas de recursos”.

A justificativa é exatamente “possibilitar abertura para captação de recursos não proveniente do Governo Federal”. E aparentemente não é um movimento

isolado da Telebras, visto que também caminha por aí o Serviço Federal de Processamento de Dados, Serpro.

A mudança também permite que as estatais abram brechas para futuras aquisições de empresas privadas, ainda que o governo não mantenha o controle. Parecido com o que a Caixa Econômica tentou fazer com a Capgemini, mas acabou barrada pelo TCU, sobretudo quando o banco oficial tentou burlar a lei de licitações alegando um controle societário que não existia.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/09/2016 - Instituto Telecom

TCU vota esta semana auditoria sobre acompanhamento da Anatel nos serviços móveis

Está na pauta do plenário do Tribunal de Contas da União desta quarta, 14, a votação do processo que analisa a atuação da Anatel no acompanhamento da qualidade da telefonia móvel no Brasil. O processo decorre de auditoria realizada a partir de 2015 e que analisou diversos aspectos: de indicadores de qualidade exigidos pela agência ao Índice de Desempenho de Atendimento das empresas (IDA), passando pela atuação da Entidade Aferidora de Qualidade (EAQ) na banda larga móvel, pela questão das franquias nos planos de oferta de banda larga móvel e pela cautelar de 2012 que suspendeu as vendas de chips de algumas das principais operadoras (TIM, Claro e Oi), com o subsequente Plano de Melhoria de Qualidade. Até mesmo a aplicação do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (RGC) é analisada. O relatório técnico que embasa a auditoria parte da constatação de piora nos indicadores e do crescente volume de reclamações contra as operadoras móveis e faz duras críticas à agência, como tem se tornado comum nesse tipo de auditoria do TCU. Para os técnicos do tribunal, deficiências na fiscalização da agência podem estar contribuindo para a degradação da qualidade dos serviços e desconhecimento do consumidor em relação a seus direitos.

O relatório técnico da secretaria de fiscalização do TCU traz uma série de recomendações e determinações, que poderão ou não ser acolhidas pelo ministro relator, Bruno Dantas. A Anatel apresentou respostas ao TCU na semana passada, segundo apurou este noticiário, mas não se sabe se elas serão suficientes para reverter a tendência de mais um duro acórdão contra a agência. As recomendações são as seguintes:

* Recomenda que a Anatel amplie a fiscalização sobre os planos de oferta para assegurar que o consumidor tenha todos os detalhes sobre os planos constatados;

* Há uma parte especial dedicada a criticar a in-

ção da Anatel em relação ao acompanhamento das franquias de dados das operadoras móveis, e no fim a área técnica do TCU recomenda que a agência acompanhe de maneira tempestiva, e com ciência e concordância do conselho diretor, as alterações contratuais realizadas pelas operadoras que envolvam a relação de consumo entre usuários e as empresas.

* A análise do TCU critica a forma como a Anatel divulga os indicadores de qualidade e os critérios utilizados, e até mesmo a forma como o aplicativo da agência apresenta os dados, indicadores e mapas de cobertura é criticada.

* Há críticas à forma como a Anatel conduziu a avaliação da percepção de qualidade dos serviços nos últimos anos e determina que seja elaborado um plano de acompanhamento periódico, com espaçamento menor das pesquisas.

* O TCU pede um plano em 90 dias para resolver os problemas recorrentes de cobrança, hoje os mais comuns registrados pela agência, e ao mesmo tempo pede a reavaliação da quantidade de indicadores e o escopo das informações solicitadas. O TCU quer saber se os indicadores não estão extrapolando a regulamentação. O TCU constatou ainda deficiências na coleta de dados e cálculos dos indicadores.

* O órgão de controle recomenda metas de qualidade segmentadas do serviço móvel, considerando a realidade das regiões monitoradas, sobretudo porque algumas metas partem de parâmetros que envolvem tecnologias com desempenhos diferentes, como 2G e 3G.

* O relatório aponta fragilidades e critica os critérios de aferição de qualidade da Entidade Aferidora de Qualidade (EAQ) sobre a banda larga móvel, critica a falta de acompanhamento da Anatel sobre o trabalho da entidade e recomenda uma fiscalização mais efetiva sobre a EAQ.

* O relatório critica a falta de critérios e a pouca efetividade do IDA, o Índice de Desempenho no Atendimento, e sugere que ele passe por uma revisão com readequação dos critérios.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

* O parecer critica severamente o comportamento da Anatel em relação à cautelar que suspendeu as vendas de novas linhas pelas operadoras móveis em 2012. Critica os critérios utilizados pela agência, a pouca efetividade e o fato de que uma operadora foi deixada de fora. Por isso, propõe que a Anatel regule o instrumento de cautelar e as condições de aplicação do recurso para “mitigar o uso de medidas cautelares baseadas em critérios inadequados”.

* O TCU aponta pouca efetividade do Plano de Melhoria de Qualidade subsequente à cautelar de 2012 e de sua fiscalização, que conseguiu apenas 50% das metas alcançadas. Para o TCU, há uma possível inadequação na forma como a Anatel acompanha e incentiva a qualidade do SMP.

* O TCU recomenda que, caso a agência celebre Termos de Ajustamento de Conduta ou termos de compromisso, que a Anatel avalie a conveniência e oportunidade de realizar internamente um planejamento dos esforços de acompanhamento tempestivo das obrigações previstas.

* O órgão de controle constatou que depois da suspensão de vendas, a agência declarou cumprido parcialmente o Plano de Melhorias de Qualidade (cerca de 50% dos compromissos), mas sem dar transparência ou formalizar os documentos sobre quais aspectos foram cumpridos nem quantificou o grau de

descumprimento de cada operadora. A Anatel, segundo o TCU, poderia ter suspendido de novo as vendas, pois isso estava previsto inicialmente. Mas, ao contrário, estabeleceu novas metas não previstas, gerando instabilidade de critérios. O TCU pede providências.

* Os técnicos do órgão de controle pedem um estudo, em até 90 dias, para avaliar a adequação e atualidade dos parâmetro mínimo de cobertura do serviço de telefonia móvel definido pela agência e exigido das operadoras, levando em consideração as variáveis que podem impactar a satisfação dos consumidores, como densidade populacional, regiões de maior relevância para o município e possíveis pontos estratégicos. Segundo o TCU, há editais que estabeleceram o percentual mínimo de 50% da área urbana, outros que estabeleceram 80% e outros, como o de 700 MHz, que não trazem nenhuma obrigação.

* Por fim, o tribunal de contas pede a exclusão do Manual Técnico do RGC de qualquer interpretação que tenha resultado em alteração do significado ou abrangência do texto vigente do regulamento. Segundo o TCU, o grupo formado pelas empresas e Anatel que escreveu o manual extrapolou o texto da regulamentação.

Samuel Possebon, Teletime, 12 de setembro de 2016

13/09/2016 - Vermelho

Especialista condena congelamento de gastos proposto por Temer

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, foi criticada em audiência pública realizada nesta segunda-feira (12), na Câmara dos Deputados. A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, engrossou o coro dos parlamentares da oposição, acusando a proposta de somente congelar gastos sociais e manter recursos para pagamento de juros.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, acusa a proposta de somente congelar gastos sociais e manter recursos para pagamento de juros. A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, acusa a proposta de somente congelar gastos sociais e manter recursos para pagamento de juros. Segundo Fattorelli, estão sendo criadas estatais em diversos estados para emitir

as chamadas debêntures, títulos vendidos no mercado financeiro com o compromisso de pagamento de juros, para beneficiar alguns poucos investidores. “Estamos criando estatais não dependentes para emitir debêntures, provocando prejuízos, gerando dívida pública, e a PEC quer garantir dinheiro para esse escândalo.”

Está em tramitação no Senado o projeto de lei que autoriza estados e municípios a cederem a pessoas jurídicas de direito privado o direito de receber créditos tributários ou não, em troca da emissão das chamadas debêntures, que são títulos negociados no mercado financeiro com o compromisso de pagamento de juros.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/286566-1>